

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

EDUCACIÓN INCLUSIVA

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior público do estado do Rio Grande Do Sul/RS/Brasil

Profª Drª Kizzy Morejón¹

Profª Mda. Luci Riston Garcia²

¹ Educadora Especial. Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo/USP. Professora da ULBRA/Guaíba/RS

² Pedagoga. Mestranda em Educação e Políticas Públicas pela UNTREF/UNÍTESE

RESUMO

Este estudo investigou o processo de inclusão, acesso e acessibilidade de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superiores/IES públicas do RS: UFRGS, UFSM, UFPel, FURG e UERGS. Como objetivos teve-se: - conhecer o número de pessoas com deficiência, matriculados e que freqüentam regularmente os cursos de graduação das universidades públicas do RS; - verificar os recursos disponíveis (humanos, matérias, didático-pedagógicos, adaptações curriculares e arquitetônicas) em relação ao acesso e à acessibilidade; - investigar quais as concepções dos alunos com deficiência sobre acesso e a acessibilidade no ensino superior do RS; - conhecer quais as concepções dos professores que atuam junto aos alunos com deficiência entrevistados. O método constituiu-se numa pesquisa quanti-qualitativa. Instrumento para coleta de dados: entrevista. Como resultados: um total de 39 alunos com deficiência matriculados e freqüentando os cursos de graduação das Universidades públicas do estado do RS (sendo que 33 participaram do estudo respondendo às entrevistas), assim distribuídos por tipo de deficiência: 16 alunos com deficiência física, 14 alunos com deficiência auditiva, 7 alunos com deficiência visual e 2 alunos com transtornos globais do desenvolvimento (1 com Autismo e um com Asperger). Foram entrevistados 36 professores, assim distribuídos por instituição; 8 professores na UFRGS, 8 professores da UFSM, 7 professores da UFPel, 6 professores da UERGS, 7 professores da FURG. Dentre os resultados significativos da pesquisa, salienta-se: o número de homens (28, sendo 58%) e de mulheres (16, perfazendo 42%) de alunos com deficiência que freqüentam o ensino superior. Também se destaca que apenas os deficientes auditivos informaram terem freqüentado somente o ensino especializado. Um dado para atentar-se é que a maioria dos Deficientes Visuais escolheu a universidade por sua localização; enquanto que 26% dos Deficientes Físicos escolheram o curso por orientação profissional. Dentre estes resultados, investigou-se também a realização de prova adaptada na ocasião do ingresso na IES, a descrição das facilidades e dificuldades encontradas no curso de graduação freqüentado, a descrição dos recursos disponíveis na IES, dentre outros. Pode-se observar que são inegáveis os movimentos e avanços relativos à legislação, com relação ao processo de acesso e acessibilidade e de inclusão no Brasil, sendo possível constatar, entre outras questões, que mesmo embrionários os movimentos das universidades, começam a ser registrados no sentido de produzir ingresso, acesso, acessibilidade e permanência do aluno com deficiência. Muito ainda precisa ser feito para que as instituições educacionais oportunizem e incentivem uma educação para todos e o aluno com deficiência possa ter um projeto de vida concretizado na sociedade. As instituições referidas necessitam estar mais bem preparadas para a demanda cada vez maior destes alunos e para tanto precisa enfrentar um cenário político, econômico, social e, principalmente, educacional de mudanças.

Palavras-chave: Acesso e acessibilidade, Ensino superior, Deficiência.

ABSTRACT

This study investigated the process of access and accessibility of people with deficiency in the Institutions of public Superiores/IES Education of the RS: UFRGS, UFSM, UFPel, FURG and UERGS. To know the number of people with deficiency, registered and that they regularly frequent the courses of graduation of the public universities of the RS; - to verify the available resources (human, substances, didactic-pedagogical, curricular adaptations and architectural) in relation to the access and the accessibility; - to investigate which the conceptions of the pupils with deficiency on access and the accessibility in the superior education of the RS; - to know which the conceptions of the professors who act next to the pupils with deficiency interviewed. Quanti-qualitative research. Instrument for collection of data: interview. Total of 39 pupils with deficiency registered and frequenting courses of graduation of University public of state of RS (being that 33 had participated of the study answering to the interviews), thus distributed for type of deficiency: 16 pupils with physical deficiency, 14 pupils with auditory deficiency, 7 pupils with visual deficiency and 2 pupils with global upheavals of the development (1 with Autismo and one with Asperger). 36 professors had been interviewed, thus distributed for institution; 8 professors in the UFRGS, 8 professors of the UFSM, 7 professors of the UFPel, 6 professors of the UERGS, 7 professors of the FURG. Amongst the significant results of the research, salient: the number of men (28, being 58%) and of women (16, perfazendo 42%) of pupils with deficiency who frequent education superior. Also if it detaches that deficient only the auditory ones had informed to have only frequented education specialized. Data to attempt against itself are that the majority of the Deficient Appearances chose the university for its localization; whereas 26% of the Deficient Physicists had chosen the course for professional orientation. Amongst these results, the accomplishment of test adapted in the occasion of the ingression in the IES, the description of the easinesses and difficulties found in the frequented course of graduation, the description of the available resources in the IES was also investigated, amongst others. Until the moment, it can be observed that the relative movements and advances to the legislation are undeniable, with regard to the process of access and accessibility and inclusion in Brazil, being possible to evidence, among others questions, that exactly embryonic the movements of the universities, start to be registered in the direction to produce ingression, access, accessibility and permanence of the pupil with deficiency. Very still it needs to be made so that the educational institutions oportunizem and stimulate an education for all and the pupil with deficiency can have a project of life materialize in the society. The cited institutions need to be most prepared for the demand each bigger time of these pupils and in such a way it needs to face a scene politician, economic, social e, mainly, educational of changes.

Key-words: Access and Accessibility, Superior Education, Deficiency.

TEXTO COMPLETO:

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/RS/BRASIL

1. INTRODUÇÃO

As discussões acerca do processo de inclusão, passaram a ser amplamente difundidas principalmente após da Declaração de Salamanca de 1994, que traz princípios como o incentivo, valorização e convívio com a diversidade de pessoas visando o enriquecimento dos grupos sociais. No entanto, a efetivação daquilo que muitos teóricos (Stainback e Stainback, Rodrigues, Mantoan, Freitas, Mendes, Mazzotta, Amaral, Sasaki, Werneck, Omote, Jannuzzi,

Edler, Santos, Silva, Bonetti, Bueno, Arannha, entre tantos outros) discutem no mundo e no Brasil, já há algum tempo: a *inclusão educacional e social*, que requer clareza sobre a própria condição dos excluídos, não só de pessoas com deficiência, mas, sobre estas. Há que se conhecer suas habilidades e fragilidades, entre tantas outras indagações que o próprio termo e suas decorrências trazem.

Será que é possível, por exemplo, falar-se sobre “inclusão” no Ensino Superior, uma vez que se versa sobre um sistema de ensino em um país extremamente e historicamente segregador?

Isto seria interessante se a realidade social, econômica, cultural, histórica e, principalmente política e educacional, dessem conta de garantir a concretização da inclusão! Ou seja, da grande utopia necessária, pois

(...) pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Sua força, como costume dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte, num mundo mais ‘redondo’, menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande utopia: UNIDADE NA DIVERSIDADE! (FREIRE, 2006, p. 46)

Optou-se, então, por versar aqui sobre *acesso e acessibilidade de pessoas com deficiência no Ensino Superior*; não descartando questões teórico-conceituais necessárias nesta discussão, tais como: a própria inclusão e sua legislação (que trazem em seu bojo os referenciais de acesso e acessibilidade), o ensino superior no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul e a formação de professores para trabalhar com esta realidade educacional.

Nesta perspectiva, podemos pensar sobre a história da Educação Especial/EE no Brasil (Aranha, 2006) de um modo geral, na qual são significativas as informações sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência, podendo-se constatar que até o século XVIII as noções sobre este tema eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções do realismo. Nas palavras de MAZZOTTA (2003, p. 16) “o conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criados”.

Na atual realidade educacional de nosso país, o acesso, a acessibilidade e a

permanência de pessoas com deficiência não somente na Educação Básica, mas também em Instituições de Ensino Superior/IES, em cursos de graduação principalmente, constituem-se uma barreira a mais a ser enfrentada por estas pessoas, uma vez que demanda por parte das IES, não só à vontade, mas, sobretudo, a sensibilidade e a preocupação em adaptar o acesso ao currículo para os alunos com deficiência, bem como preparar os professores e funcionários para o atendimento aos mesmos em sala de aula e demais setores e serviços da instituição são desafios constantes.

Neste cenário, o preparo para o convívio entre pessoas, com deficiência ou não, em diferentes contextos, inclusive no Ensino Superior, pode ser considerado, também, em termos de espaços físicos e sociais. Na Educação Básica, ou seja, no contexto escolar regular, todo aluno deve ter garantido à possibilidade de acesso de forma segura e independente aos espaços escolares comuns a TODOS, independentes de serem pessoas com algum tipo de deficiência, uma escola aberta à DIVERSIDADE. (MIRANDA E SILVA, 2008, p. 131)

Assim, as discussões sobre o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior, tem sido tema de reflexão e ansiedade para educadores e pesquisadores, pois, pressupõe mudanças textuais/legais, simbólicas (formação de professores, quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais, curriculares, avaliativas etc), de representações sobre as pessoas a serem inseridas e das identidades de todos os envolvidos no processo em todos os seus graus (Mrech, 2005).

Os princípios de acesso e acessibilidade nada mais são que princípios da democracia. *“E não existe democracia sem educação, nem educação sem democracia”* (WERNECK, 2005, p. 23). Os direitos das pessoas com deficiência estão explicitados também na Constituição Brasileira (1988), proclamados e assegurados também em outros textos legais (que serão abordados do Capítulo II desta tese). Nesse sentido, as pessoas devem ser percebidas com igualdade, implicando assim no reconhecimento e atendimento de suas necessidades específicas.

O conjunto de objetivos da atual Política Nacional de EE (MEC/SEESP/2008) - que visam explicitamente uma educação que se quer *inclusiva* no Brasil, destina-se a garantir o atendimento educacional do estudante com deficiência, cujo direito de igualdade de oportunidades nem sempre é respeitado. O acesso e a acessibilidade a pretender, portanto, pressupõe que as pessoas com deficiência tenham direitos a uma educação igualitária e de qualidade; que sejam vistos no seu todo quanto ao desenvolvimento; que a todos seja provida uma educação que respeite suas necessidades e características especiais e peculiares; estas, na sua essência, se constituem direitos fundamentais de qualquer pessoa; que seja facilitada a sua transição para a vida ativa, de tal forma que possam mover-se na sociedade a que, por

direito, pertencem.

Pensar na perspectiva de promover a educação acessível, participativa, ausente de valores preconceituosos, oferecer espaços favoráveis a investigação do processo de formação acadêmica dos profissionais da educação em geral, por meio de disciplinas da EE nas estruturas curriculares das diferentes modalidades de formação (Carvalho, 2008).

A meta primordial ao se promover o acesso e a acessibilidade é não deixar ninguém de fora, buscando a autonomia e a independência de todas as pessoas. Culturalmente, tem sido uma prática considerar que a pessoa com deficiência é um ser especial e por isso não possui direitos, não pode reivindicar, não realiza e não tem um lugar produtivo na sociedade (Mrech, 2005). Porém, como o discurso democrático nem sempre corresponde à prática das interações humanas, alguns segmentos da sociedade permanecem à margem, discriminados, exigindo ordenamentos sociais específicos. Conforme apontam Marques e Toledo (et all, 2007), situam-se aí, as pessoas com necessidades educacionais especiais/NEE, entre elas, deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/TGD e altas habilidades. Geralmente tidas como desviantes, estas pessoas têm uma história de luta em prol de seus direitos à vida, ao trabalho, à escolarização, à inserção social.

Para SASSAKI (2005, p.1):

(...) para garantir que as medidas de acesso e permanência na universidade sejam implementadas de acordo com a nova visão de sociedade, de educação e de cidadania em relação à diversidade humana e as diferenças individuais – todas as pessoas devem ser aceitas e valorizadas pelo que cada uma possui para construir o bem comum, aprender e ensinar, estudar e trabalhar, cumprir deveres e usufruir direitos e ser feliz.

Em documentos legais sobre esta temática no Brasil, as IES assumem um papel significativo na proposta de não-segregação, acesso e acessibilidade, pois *“a formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente”* (Brasil/MEC/SEESP, Política Nacional de Educação Especial, 2008).

Nesta perspectiva, parafraseando Goffredo (2004), torna-se necessária uma reflexão coletiva dos professores sobre a adaptação do currículo às necessidades desses alunos, bem como, a adaptação das IES para oferecer uma estrutura, tanto física quanto pedagógica, como prevê o documento supracitado (Brasil/MEC/SEESP/ Política Nacional de Educação Especial, 2008), mais adequada para que os mesmos possam ser acolhidos, ter suas necessidades

específicas atendidas, e sentirem-se efetivamente sujeitos partícipes do processo educacional (Demo, 2005).

Não há como negar que as exigências são muitas e que não basta apenas a boa vontade de alguns. Inserir um aluno com deficiência no Ensino Superior exige rupturas e a busca de alternativas viáveis, pois também é certo que todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização e uma política precisa ser urgentemente pensada e colocada em prática para isto. E, como bases para as reformulações, são necessárias investigações sobre as informações e formação dos docentes das IES; são necessárias modificações nas estruturas e serviços existentes para atender a diferentes demandas, para que os resultados alcançados pelas experiências de alunos que já freqüentam o Ensino Superior, vivenciadas pelas mesmas sejam positivos.

Desta forma, a pretensão deste estudo, não esgota o envolvimento de análises sobre os aspectos característicos da educação e a realidade atual enfrentada nessa área – a busca pela inclusão de pessoas com deficiência – oferece um estudo desta realidade; porém, apresenta um recorte específico e local, a respeito das universidades públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesta perspectiva, percebe-se a necessidade destes mapeamentos, uma vez que:

[...] a falta de uma terminologia adequada prejudica o estabelecimento de políticas para o atendimento, a essa parte da sociedade, não se sabendo ao certo: **QUEM SÃO? COMO SÃO? E QUANTAS SÃO ESSAS PESSOAS?** No Brasil não há terminologia padrão para ser usada quando se faz referência às pessoas com deficiência limitadora de suas atividades ou, conforme expressão em vigência, pessoas “portadoras de deficiência”, sendo muitas as legislações que em seus preâmbulos conceituam os termos que irão utilizar. [...] nas legislações de amparo (seja para concessão de benefícios ou estabelecimentos de normas) ficou adotada a expressão “pessoas portadoras de deficiência” - que se refere às pessoas que possuem incapacidade, em consequência de deficiências. (TORRES, 2002, p. 39-40).

Ressalta-se, pois, a importância de se conhecer o número de alunos com deficiência que freqüentam os cursos de graduação das universidades públicas do RS, com vistas a traçar estratégias de promoção de qualidade no acesso e na acessibilidade destas pessoas na educação e na sociedade de um modo geral.

2. METODOLOGIA E RESULTADOS

2.1. OBJETIVOS DA PESQUISA

Constituíram-se objetivos deste estudo:

- identificar o número de alunos deficientes matriculados e freqüentando regularmente os cursos de graduação das IES do RS;
- investigar e analisar as concepções /entendimentos relativos à sua inserção no ensino superior;
- conhecer o que pensam os professores destes alunos sobre sua formação e atuação nestes contextos;
- obter informações a respeito da funcionalidade das universidades sobre acesso, acessibilidade, permanência e sucesso dos alunos deficientes no ensino superior.

2.2. JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA

Esta é uma pesquisa quanti-qualitativa, pois as respostas obtidas nas entrevistas (descritas *a posteriori*) foram categorizadas, permitindo que fosse feita uma análise quantitativa e qualitativa das mesmas. A abordagem quanti-qualitativa, a partir da coleta, análise e tratamento dos dados compreendeu a seleção, categorização e tabulação do que foi coletado no decorrer da pesquisa de campo. A seleção dos dados visa à exatidão das informações obtidas. A codificação consiste em classificar os dados, agrupando-os em categorias, porque, além de facilitar a contagem e tabulação, traz a possibilidade de realizar uma análise com dados quantitativos e de modo qualitativo (Magro, 2008 e Guido 2003).

Esta análise pressupõe “(...) apreender o significado que a fala dos informantes ou o comportamento dos sujeitos pode assumir, dentro do contexto do projeto e da abordagem conceitual dele” (BIASOLI-ALVES, 1998, p. 147). Esse tipo de análise dos dados conta com dois momentos:

- inicialmente, uma investigação e classificação das respostas obtidas com a aplicação das entrevistas;

- e, posteriormente, uma categorização das mesmas, o que possibilita inferências quanto ao seu significado, dentro do referencial teórico adotado neste estudo.

Para Biasoli-Alves (1998), o valor desse tipo de análise deve-se ao seu caráter essencialmente sistemático, aliada à contribuição da abordagem teórica adotada pelo pesquisador.

Sem a pretensão de esgotá-las, são apresentadas a seguir, algumas características da pesquisa qualitativa, segundo Moreira (2002):

- tais pesquisas têm foco na interpretação dos participantes sobre a situação em estudo;

- ênfase na subjetividade;

- flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa, já que a pesquisadora, *a priori*, trabalha com situações complexas que não determinam, com exatidão, os caminhos da pesquisa;

- a orientação se dá na direção do processo (e não para o resultado);

- a ênfase reside no entendimento e não em um objetivo pré-determinado (como se dá na pesquisa puramente quantitativa);

- existe uma preocupação com o contexto, *“no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação das experiências”* (MOREIRA, 2002, p.57).

2.3. FASES DA PESQUISA

A presente pesquisa teve como principais fases:

- Identificação das instituições de ensino superior públicas do estado do RS que possuem alunos com deficiência matriculados e freqüentes em seus cursos em nível de graduação;

- Levantamento do número de alunos com deficiência matriculados e freqüentes nas IES do RS;

- Aplicação de entrevista e investigação das concepções sobre os processos de acesso e acessibilidade no ensino superior com os alunos deficientes e seus professores das IES públicas do RS.

2.4. CONTEXTO DA PESQUISA

Este estudo foi realizado nas seguintes universidades públicas do estado do Rio Grande do Sul.

- 1 UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
- 2 UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
- 3 UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 4 FURG – Fundação Universidade Federal de Rio Grande
- 5 UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

2.5. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Inicialmente, após o levantamento de alunos com deficiência matriculados nas IES públicas do RS, foram encontrados 39 alunos assim distribuídos, por tipo de deficiência:

Os alunos participantes foram assim distribuídos por tipo de deficiência:

- 1 Deficiência Física: 16 alunos
- 2 Deficiência Auditiva: 14 alunos
- 3 Deficiência Visual: 7 alunos
- 4 Síndrome do Autismo: 1 aluno
- 5 Síndrome de Asperger: 1 alunos

Posteriormente, fruto de orientações e sugestões por ocasião do exame de qualificação, foram suprimidos os seguintes alunos: Autismo (1 participante), Asperger (1 participante) partes da designação TGD/Transtornos Globais do Desenvolvimento (Brasil/MEC/SEESP/Política Nacional de Educação Especial, 2008).

As categorias relativas à deficiências sensoriais: Deficiência Visual (7 participantes) e Deficiência Auditiva (14 participantes) foram englobadas (para fins de análise estatística dos

dados) totalizando 21 participantes como deficiência sensorial. Destes, 4 participantes com Deficiência Auditiva foram excluídos das análises desta pesquisa, novamente por ocasião de sugestões da banca no exame de qualificação.

Assim, o número total de alunos com deficiência participantes passou a ser 33, assim distribuídos:

- 1 Deficiência Física: 16 alunos
- 2 Deficiência Auditiva: 10 alunos
- 3 Deficiência Visual: 7 alunos

Em relação aos professores participantes, cumpre esclarecer que, mediante a seleção das universidades que tem alunos com deficiência matriculados regularmente e freqüentando cursos de graduação, tem-se que os professores participantes foram assim distribuídos, por universidade:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS: 8 professores

Universidade Federal de Santa Maria/UFSM: 8 professores

Universidade Federal de Pelotas/UFPEL: 7 professores

Universidade do Estado do Rio Grande do Sul/UERGS: 6 professores

Fundação Universidade Federal de Rio Grande/FURG: 7 professores

Cumpre esclarecer, ainda, que os contatos com os professores foram mediados pelos coordenadores dos cursos nos quais os alunos estavam matriculados. Em reuniões com estes, a pesquisadora explicava os objetivos da pesquisa e os convidava a participar da entrevista. A adesão se deu espontaneamente, redundando no número de 36 professores participantes.

2.6. INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS: ENTREVISTA

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi a entrevista com questões abertas, realizada com os alunos com deficiência que freqüentavam as IES públicas do RS (Anexo 2) e seus professores (Anexo 3).

A entrevista, de acordo com Minayo (1996), fornece dados de duas naturezas: os que o pesquisador pode conseguir por outras fontes e os que se referem diretamente ao

entrevistado, como suas atitudes, valores e opiniões.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo da pesquisa; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o pesquisador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (Lakatos E Marconi, 2001).

Segundo MINAYO (1996, p. 109):

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Goldenberg (2000) assinala que para se realizar uma entrevista bem sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado, tentar ser o mais neutro possível. Acima de tudo, a confiança passada ao entrevistado é fundamental para o êxito no trabalho de campo. Além disso, existe um código de ética que deve ser respeitado.

As perguntas foram elaboradas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisador, procurando sempre dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com certo sentido lógico para o entrevistado. O objetivo era obter uma narrativa natural fazendo com que o entrevistado fosse verdadeiro em suas afirmações.

2.5. A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Foram elaborados dois roteiros de entrevistas: um para alunos com deficiência e outro para os professores das IES. O roteiro de entrevista utilizado com os alunos com deficiência e composto de três tópicos, contendo trinta (30) questões, nos quais:

- Tópico A refere-se à identificação do entrevistado: idade, sexo, estado civil, curso que frequenta e forma de ingresso.

- Tópico B contém nove perguntas que se referem ao percurso acadêmico dos alunos deficientes, desde o ensino fundamental ao ingresso no curso de graduação.

- Tópico C contém dezesseis perguntas referentes ao curso de graduação e a IES escolhida pelo aluno, as facilidades e as dificuldades encontradas pelo mesmo.

Em relação ao roteiro de entrevista utilizados com os professores, foram elaborados cinco tópicos, contendo trinta e oito (38) questões, nas quais:

- Tópico A aborda os dados de identificação do docente como nome, sexo e idade.

- Tópico B refere-se à instituição de ensino superior que o docente trabalha e a disciplina em que atua.

- Tópico C trata da formação profissional do docente desde a graduação aos cursos de pós-graduação.

- Tópico D contém perguntas referentes ao entendimento do docente sobre inclusão e deficiência.

- Tópico E salienta a visão do profissional referente à sua formação, principalmente como o recebimento ou não de ajuda para trabalhar com o aluno com deficiência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil precisa construir, urgentemente, uma instituição de Educação Superior, particularmente, uma Universidade, que seja a expressão de uma sociedade democrática, multiétnica e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade. Uma instituição que se constitua numa instância crítica em que a coletividade encontre espaço para repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas.

A inclusão de pessoas com NE ou NEE nas IES é gradativa, demanda mudanças estruturais e administrativas da instituição, e também na concepção de homem - indispensável à eliminação de barreiras atitudinais. Esta última é um tipo de modificação que, segundo Ferreira (2002), apenas se fará com um trabalho de informação, mobilização, conscientização, que instrumente e concretize a realização de ações de respeito à diversidade e valorização das

diferenças como elementos enriquecedores da contínua aprendizagem que é a existência humana. Por isso, alerta Moreira (2005), a universidade deve ampliar o significado de sua função social a fim de que as pessoas com NEE deixem de ser representadas pelas categorias da ineficiência, do desvio, do atípico e do improdutivo e a elas sejam assegurados o direito à igualdade de oportunidades e à educação.

A dialética inclusão/exclusão gera subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Estas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifesta-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 1999). Neste contexto, descrito pela realidade e pelos relatos dos alunos, podemos parafrasear Sawaia (1999) quando explicita que, em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas; é processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela; não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros; não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

A partir dos questionários elaborou-se algumas conclusões provisórias que nos permitem refletir sobre algumas questões que são de extrema relevância para futuras investigações, tais como: As instituições, como instituição de ensino, estão fornecendo subsídios necessários para viabilizar o processo de inclusão? Os professores se sentem preparados e, principalmente, dispostos a receber alunos com necessidades educacionais especiais? Qual o principal obstáculo que os alunos com necessidades educacionais especiais incluídos encontram no ensino superior? A que conclusões podemos chegar a partir da pesquisa realizada e por quê?

Observamos que no que se refere aos conceitos de inclusão e de necessidades educacionais especiais, mesmo que os professores já possuam esclarecimentos e idéias claras sobre estes assuntos, para muitos ainda é desconhecido o que realmente é o processo inclusivo e o que são pessoas com necessidades educacionais especiais. Os cursos que receberam acadêmicos com necessidades educacionais especiais, precisaram, obrigatoriamente, buscar meios de inserir esse aluno da melhor forma possível, porém, nos cursos em que não há alunos incluídos, o processo inclusivo parece ser uma realidade ainda não conhecida e distante.

Quanto aos professores, percebe-se que, ao mesmo tempo que entendem ser necessário o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, sentem-se sem o preparo e a orientação para atenderem a essa demanda.

O principal obstáculo enfrentado pelo aluno incluído no ensino superior acredita-se ser, além das barreiras arquitetônicas, a falta de conhecimento e conscientização da população acadêmica com relação às necessidades educacionais especiais. Este é um fator que precisa ser trabalhado e divulgado nas instituições de ensino superior gaúchas, possibilitando a todos, docentes e discentes, o entendimento e o auxílio necessário para a efetivação do

processo inclusivo.

Outra questão de suma importância mencionada foi a necessidade de criação de uma comissão específica em nível institucional para prover medidas que auxiliem no processo inclusivo. Conforme estudo realizado, podemos constatar que algumas universidades já possuem essa comissão de apoio especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: formação continuada de professores, produção e adaptação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. Torna-se necessário a criação de comissões ou núcleos na própria instituição responsáveis pelo desenvolvimento de ações que propiciem a inclusão.

O Brasil precisa construir, urgentemente, uma instituição de Educação Superior, particularmente, uma Universidade, que seja a expressão de uma sociedade democrática, multiétnica e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade. Uma instituição que se constitua numa instância crítica em que a coletividade encontre espaço para repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas.

A inclusão de pessoas com NE ou NEE nas IES é gradativa, demanda mudanças estruturais e administrativas da instituição, e também na concepção de homem – indispensável à eliminação de barreiras atitudinais. Esta última é um tipo de modificação que, segundo Ferreira (2002), apenas se fará com um trabalho de informação, mobilização, conscientização, que instrumente e concretize a realização de ações de respeito à diversidade e valorização das diferenças como elementos enriquecedores da contínua aprendizagem que é a existência humana. Por isso, alerta Moreira (2005), a universidade deve ampliar o significado de sua função social a fim de que as pessoas com NEE deixem de ser representadas pelas categorias da ineficiência, do desvio, do atípico e do improdutivo e a elas sejam assegurados o direito à igualdade de oportunidades e à educação.

Outro fator importante é a formação dos professores para o ensino na diversidade, o que se torna indispensável para a realização da inclusão.

Com relação ao âmbito administrativo, se faz necessário que os sistemas de ensino constituam e façam funcionar um setor responsável pela inclusão, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

É imprescindível planejar a existência de um canal oficial e formal de comunicação, de estudo, de tomada de decisões e de coordenação dos processos referentes às mudanças na estruturação dos serviços, na gestão e na prática pedagógica para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Dando destaque a necessidade de mudança, relembro o legado que nos deixou

Paulo Freire, quando expressava a importância de ler o mundo não somente cientificamente ou emocionalmente, mas, sobretudo intervindo nesse organizadamente.

Os ambientes educacionais referidos necessitam estar mais bem preparados para a demanda cada vez maior dos alunos com NEE no ensino superior. Para tanto, é imprescindível que sejam criados espaços como, por exemplo, uma Assessoria de Inclusão vinculada a órgão superior da administração, responsável pelas questões que envolvam os alunos das IES.

Intervir no mundo organizadamente no caso das universidades e suas políticas para inclusão, significa romper barreiras e preconceitos, de valorização da diversidade, de respeito à diferença e dignidade para todos. Mais do que cumprir a legislação é fazer valer todas as formas de valorização do ser humano.

Assim, espera-se na conclusão dessa pesquisa, contribuir de forma significativa para a efetivação da inclusão e permanência dos alunos no ensino superior do Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda neste trabalho serão realizadas algumas etapas, como a finalização da análise e discussão dos dados, bem como uma revisão na análise estatística dos mesmos.

Portanto, concluímos que, na verdade, o que está ocorrendo nas IES públicas do Estado do RS é um processo que se refere ao acesso e acessibilidade de pessoas com deficiência nos cursos de graduação e não propriamente um processo de “inclusão”.

O intuito é justamente este: contribuir na busca deste “algo novo”, num diálogo que continua com você, leitor...

4. BIBLIOGRAFIA

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos**. 2 ed. São Paulo, 2003.

_____. Comitês Técnicos de Normalização - **CB 40**. Acessibilidade. São Paulo, 2006.

ALCUDIA, Rosa.[et al.]. **Atenção à Diversidade**. (Trad. Daisy Vaz Moraes). Porto Alegre: Artmed, 2002.

ALMEIDA, Dulce Barros. **Do especial ao inclusivo?** : um estudo da proposta de inclusão escolar da rede Estadual de Goiás, no Município de Goiânia. Tese (Doutorado em Educação). Coordenação de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. **Inclusão preventiva**: conquistando a sensibilidade do ser

humano. 2002. Disponível em: <<http://www.autistas.org>>. Acesso em: 25 Jun. 2003.

AMARAL, Lígia Assumpção. **História da Exclusão: e de Inclusão?** – na rede pública. Educação Especial em debate. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 1997.

AQUINO, Julio Gropa. **Diferenças e Preconceitos na Escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** 2. ed. rev. e ampl.. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. **Educação e Sociedade Dossiê Diferenças.** *Revista Quadrimestral de Ciência da Educação.* São Paulo: CEDES, Ano XXIII, nº 79, ago.de 2002.

_____. Maria Lúcia de Arruda. **História da educação.** 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **A inclusão social da criança com deficiência. Criança Especial.** São Paulo, Editora Roca, 2001.

Aviso Circular nº 277/MEC/GM, 08 de maio de 1996. Disponível em: www.seesp.gov.br. Acesso em: 30 set. 2002

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** 2. ed. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 56).

BAPTISTA, Cláudio; SKLIAR, Carlos. **Inclusão ou exclusão?** Jornal NH, 29 abr. 2000.

BARROS, André Luiz. **Universidades e jornais: motivações de origem.** *Comum*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 21, p. 92-102, jul./dez. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade- a busca por segurança no mundo atual.** Tradução:

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **A pesquisa psicológica: análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico.** In: ROMANELLI, G; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Org.). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa.* Ribeirão Preto: Legis Summus, 1998.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BONETI, L.W. **Educação, Exclusão e Cidadania.** Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.** (Trad. De Lucy Magalhães), Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRANDÃO, Zaia. **Democratização do ensino: meta ou mito?** Rio de Janeiro: F.Alves, 1987 , (Coleção Educação em Questão)

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis>> Acesso em: 08 Jan. 2005.

_____. Constituição Federal de 1988.

_____. **Educação Especial em Números.** Brasília: MEC/SESP, 2005a.

_____. **Lei N. 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília,2002.

_____. **Lei n. 4.024/61,** de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961.

_____. **Lei n. 7.853,** de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989. Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/leis>> Acesso em: 05 Mar. 2005.

_____. **Lei n. 9394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis>> Acesso em: 11 jan. 2006.

_____. **Lei N.10.172/2001. Plano Nacional de Educação.** 2001.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 17/2001,** 2001.

_____. **Portaria 1793/94.** Recomenda a inclusão da Disciplina “Aspectos Ético-Político Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa portadora de Necessidades Especiais, prioritariamente nos Cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. 1994.

_____. **SEESP.** Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Portal do MEC. Disponível em: <http://mec.gov.br>. Acesso em Dez. 2006.

_____. **Lei n 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de 113 deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Legislação comentada para pessoas portadoras de deficiência e sociedade civil organizada.** Federação Nacional das APAES. Brasília, dez 2001.

Brasília. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284,** de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos

de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: D.O.U., n. 219, 11 de novembro de 2003, seção 1, p. 12.

_____. Ministério de Educação. **Portal do MEC**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 05 Jan. 2006.

_____. SEESP. **Secretaria de Educação Especial**. Ministério de Educação. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 19 nov. 2005.

BRITO, Maria Helena de Oliveira (Org.). **Políticas educacionais, epistemologia e educação, Saberes da educação e saúde**. Goiânia: UCG, 2004. 262,p (Cadernos de Área, n. 13).

BRONFENBRENNER _____. **Ecological systems theory Annals of Child Development**. Green Press, n. 6 p187-249, 1989. Disponível em: <<http://www.2.uerj.br>>. Acesso em: 19 nov. 2005.

BRONFENBRENNER, U. **Ecology of the family as a context for human development: research perspectives**. *Developmental Psychology*, n. 22, 1986. p. 723-742.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W. (org.). **Handbook of Child Psychology**, New York, NY: John Wiley & Sons, v. 1, 1998. p. 993-1027.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira**. Brasília- MEC. 2004.

CADERNOS CEDES - **Educação Especial – Centro de Estudos Educação e Sociedade**.n. 23. São Paulo: Cortez, 1989.

CADERNOS DO MEC - **Reforma da Educação Superior**, jun.2004. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

CANESIN, Maria Teresa. **O conceito de *habitus* na ‘teoria da prática’ de Bourdieu com o pensamento sociológico durkeimiano**. *Fragmentos da Cultura*. v. 10, n.2, p.425-441, mar/abr. 2000. Goiânia:UCG

CARR, W. e KEMMIS, S. **Teoria Crítica de la enseñanza: La investigación del profesorado**. Barcelona, Martinez Roca, 1988.

CARVALHO, Rosita Edler. **Integração, inclusão e modalidades da educação especial**. Revista Integração, 2004.

_____. **A nova LDB e a Educação Especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

_____. **Removendo as barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. Integração, inclusão e modalidades da Educação Especial: mitos e fatos. **Revista Integração**. Porto Alegre: Comunidades Educativas Lassalistas, 1997.

_____. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre:

CASPER, G. **O futuro das universidades e o futuro das bibliotecas**. In: O futuro da Universidade. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002,

CASTANHO, Sérgio & CASTANHO, Maria Eugênia L. M. **O que há de novo na Educação Superior: do projeto pedagógico à prática transformadora** (Orgs.). Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY-BELFIORE Mariangela (orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELÕES, L. **Os desafios da Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CASTELS, Robert. **As transformações da questão social**. Palestra proferida por ocasião

CASTRO, Regina Maria Jordão Cardoso de. **Expansão da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1990: o caso da Faculdade Cambury de Goiânia-Go**. 147 p. Goiânia: Dissertação (Mestrado em Educação) Coordenação de Pós-Graduação da faculdade de Educação da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes & OLIVEIRA Romualdo Portela de (Orgs.) **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Operacional**. São Paulo: Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999.

Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2002

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade: *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial*. Disponível em: <www.seesp.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2002

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. 1997.

CORTESÃO, L. **Da Necessidade da Vigilância Crítica em Educação à Importância da Prática de Investigação-Ação**. Revista da Educação, vol. VII, nº 1, Porto: Portugal, 1998.

CURY. C.R.J. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB – Lei 9.394 de 1996**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DE OLIVEIRA, E. F. **Colaboração Educacional como Princípio Gerador de Ações educativas Críticas na Formação de Professores da educação Básica do Campo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação/Centro de Educação/UFSM. Santa Maria, 2001.

DEBREY, Carlos..A lógica do capital na educação brasileira: a reforma na educação

Profissional(1990-2000). Goiânia: Alternativa; UCG, 2003.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DÉROULÈDE, Nilza Helena. **O Setor de apoio no processo inclusivo escolar**. 148 p. Goiânia:. Dissertação (Mestrado em Educação). Coordenação de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do Ensino Superior e a Privatização do Público**. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DUSCHATZKY, Silvia e SKLIAR, Carlos. **Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade**. Educação e Realidade. Porto Alegre. v.25 n.2 jul/dez. 2000.

ELLIOT, J. **What is action-research in schools?** Journal of Curriculum Studies, vol. 10, nº 4:355-375, 1978.

FERREIRA, Júlio Romero e Maria Cecília Ferreira. **Sugestões para o Documento sobre Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica**. UNIMEP, 2005.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Políticas de Inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, Dalva E. G.; SOUZA, Vanilton C. *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. XI ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A e Goiânia Alternativa, 2002. p.67 – 68.

FOREST, M., PEARPOINT, J. **Inclusão: um panorama maior**. In: MANTOAN: M. T. E., et al. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 1997.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. (Trad.de Guacira Lopes Louro). Porto Alegre: Artes Médicas Sul,1993.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003, (Série Pesquisa em Educação, n. 6)

_____. **As utopias medievais**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. rev. São Paulo:1980. (Coleção Educação Universitária)

FREITAS, S. N. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria. Ed. UFSM, 2005.

FREITAS, Soraia; Rodrigues, David; KREBS, Ruy (Orgs.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: UFSM, 2005.

- GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. **As Ciências da Educação: Ano zero**. "Iniciação Teórica e Prática às Ciências da Educação, Org. Antônio Muniz de Rezende, Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- GAMBOA, S. A. S. **A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto**. In: FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1997.
- GATTI, Bernadete. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida. **Inclusão social: dimensão necessária da Universidade Pública Brasileira**. In: II REUNIÃO PLENÁRIA DO CUIB. Conselho Universitário Ibero-Americano. Anais. 192 p. Brasília: ANDIFES, 2004. p. 67-75.
- GENRO, Tarso. **Autonomia para as federais**. *Revista Ensino Superior*. Ano 7, n. 75 dez. 2004, p.29. São Paulo: Editora Segmento.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIROUX, H. **A escola crítica e a política cultural**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- GLAT, Rosana. **Inclusão total: mais uma utopia?** *Revista Integração*. Brasília: v.8, n. 20, 1998.
- GOFFREDO, V. F. S. **Integração ou segregação: o discurso e a práticas das Escolas Públicas da Rede Oficial do Município do Rio de Janeiro**. *Revista Integração*, 2004.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.
- GRESSLER, Lori Alice. **Pesquisa Educacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GUSMÃO, Regina. **Práticas e políticas internacionais de colaboração ciência-indústria**. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 1, n. 2, p. 327-360, jul-dez./2002.
- GUTERRES, C.R.J. **Os Fundamentos da educação e a Prática Educativa**. In: RAYS, O. Trabalho Pedagógico, POA: Sulina, 1999.
- HASTINGS, R.P. OAKFORD, S. **Studentteacher's attitudes toward the inclusion of children with special needs**. *Education Psychology*. Birmingham, v.23, n.12003.
- HEER, F. **História das civilizações**. Lisboa: Arcádia, 1968.
- HEGARTY, S. **Educating children and young people with disabilities**. UNESCO, Paris,1994.

HILL, E.F. **The relationship between teacher beliefs and inclusive education**. Dissertation Abstract International. Section A: Humanities and Social Science, v.61, n11A, p.438, Jun.2001.

HOCHMAN, Gilberto. **Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações**

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2007.

IMBERNÓN, Francisco.(Org.). **A Educação do Século XXI: Os desafios do futuro imediato**. (Trad. Ernani Rosa) 2. ed., Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

_____. Gastos com educação. Brasília, DF, [199-?].

_____. Sinopses estatísticas do ensino superior: graduação 1997 a 2003. Brasília, DF,

_____. O papel social da universidade. Estudos, Brasília, DF, ano 23, n. 34, p. 7-12,

IZQUIERDO, Carlos Muñoz. **Origen y consecuencias de las desigualdades educativas: Investigaciones realizadas en América sobre el problema**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2000.

JOHNSON, T. **Inclusive Education**. ONU, 1994. Traduzido por Maria Amélia Vampré Xavier. Biblioteca da APAE/São Paulo

Jornal Zero Hora. Caderno Vida, Porto Alegre/RS de 23 de agosto de 1997.

KEMMIS, S. e MACTAGGART, R. **Cómo planificar la investigación-acción**. Barcelona, Laertes, 1988.

KOSMINSKY, E.A. **A História da Idade Média**. s.l.: Vitória, 1960.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **Tempos Hipermodernos**. Tradução: Mário Vilela. Barcarola, SP,

LORENZETTI, M. L. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras**. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens quantitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2004.

LUQUE, D. J. y ROMERO, J. F. **Trastornos del desarrollo y adaptación curricular**.

Málaga/Espana, 2002.

MACEDO, A. R. **Necessidade, oportunidade e mérito**. Folha de S. Paulo, São Paulo,

MADER, G. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo, SP: Memnon, 1997. p. 44-50.

MAMLIN, N. **Despite best intentions: when inclusion fails**. Journal of Special Education, New York, v. 33, n.1, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et alii. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, Memnon, Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR. **A Integração de Pessoas com Deficiência**. Ed. Memnon, São Paulo, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **A integração da pessoa com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, C. A. **Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade**. In: MANTOAN, M.T.E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2001.

MARTINS, P. H. **Diretrizes Curriculares, Utilitarismo e Educação Nacional** . In: 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisadores da Educação, 2002. Disponível em <http://www.anped.org.br> acessado em 10 de agosto de 2003.

MARTINS, V. **Educação Especial como direito**. Universidade Estadual de Sobral. Fortaleza: 2004.

MAZZONI, Alberto Angel. **Deficiência x participação: um desafio para as universidades**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MCCORMICK, L.; NOONAN, M.J.; OGATA, V.; HECK, R. **Co-teacher relationship and program quality: implications for preparing teacher for inclusive preschool settings**. Education and Training Mental Retardation and Developmental Disabilities, v. 36, n.2, 2001.

MEDEIROS, Régis Nunes. **A formação continuada no Brasil, Portugal e Espanha**. 2003. Disponível em: <http://www.sbec.org.br/evt2003/trab4.doc>. Acesso em 20 de mar 2008.

MENDES, E.G. FERREIRA, J.R. NUNES, L.R.O.P. **Integração/Inclusão: o que revelam as teses e dissertações em educação e psicologia**. In: SOBRINHO, F.P.N. **Inclusão Educacional: pesquisa e interfaces**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Análise da Minuta de Resolução CEB/CNE, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** (versão de 17 de fevereiro de 2001). São Carlos, UFSCAR, 2001 (análise).

MILANO, Lydia Godoy. **Educação inclusiva: do proclamado ao realizado – o caso da Escola Estadual Esperança**. Dissertação de Mestrado em Educação Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MIRANDA, Marília Gouvêa de. **Universidade, conhecimento e informação in *Jornal da UFG***. Goiânia: UFG, maio/jun 1997.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, L. C. **In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão**. Revista Educação Especial, Santa Maria, n. 25, 2005

MOREIRA, Laura Ceretta. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas**. 2004. 99 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a uma educação do futuro**. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. 2. ed. ampl. Brasília: Plano Editora, 2001.

MORRHY, L. (Org.). **Universidade em questão**. Brasília, DF: Universidade de Brasília,

MRECH, Leni. **O que é educação inclusiva?** .Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica, 1930 – 1945: Estado, sociedade e educação em Goiás**. Goiânia:UFG, 1994.

NUNES, Edson *et al.* **Teias de relações ambíguas: regulação e ensino superior**. Brasília: INEPE, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. Revisão Maria Aparecida Besana. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OMOTE, Sadao. **A integração do deficiente: um pseudo-problema científico**. Temas em Psicologia, nº 2, 1999.

PAIM, Paulo. **Estatuto da pessoa portadora de deficiência: a natureza respeita as diferenças**. Projeto de Lei do Senado. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

PARRA, Diego J; RODRIGUÉZ, Gemma; PÉREZ, Juan Francisco. **Accessibility and University**. A de4scriptive study. Intervencion Psicossocial, Vol. 14, nº 02, 2005.

PAUGAN, Serge. **Desqualificação social – ensaio sobre a nova pobreza**. Cortez, São Paulo, 2003, Educ.

PELLEGRINI, C. M. de. **Ingresso, acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/RS**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2006.

PÉREZ GÓMES. A. I. **A Cultura Escolar na Sociedade Neoliberal**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

PERINI, Thlema Íris. **O processo de inclusão no ensino superior em Goiás: a visão dos excluídos**. Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Educação, março, 2006.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva e o ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica** In: Saber refletir sobre a própria prática: objetivo central da formação de professores. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.